

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA**

1 **ABERTURA** – Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às
2 nove horas e vinte minutos, no Auditório Maria Eglantina Nunes Rondon, localizado
3 na sede da SUSAM, situadas na Avenida André Araújo nº 701 – Aleixo, foi realizada
4 a **225ª (DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA) Reunião e 177ª (CENTÉSIMA**
5 **SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA) Ordinária** do Conselho Estadual de Saúde-CES/AM.
6 Cumprindo o rito regimental o Senhor **José Duarte dos Santos Filho**, Secretário
7 Executivo e substituto legal do Dr. **Wilson Duarte Alecrim**, Presidente do Conselho
8 Estadual de Saúde do Amazonas – CES/AM cumprimentou todos os presentes e
9 havendo quórum legal e em conformidade com a Pauta distribuída no prazo
10 regulamentar aos integrantes do Colegiado, solicitou a atenção dos presentes para a
11 abertura dos trabalhos, momento em que justificou a ausência do Presidente, o qual
12 se encontrava em reunião de governo e em seguida se deslocaria à Brasília para
13 cumprir agenda de trabalho. **ITEM 01 – APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA**
14 **ATA 224ª (Ducentésima Vigésima Quarta) Reunião e 176ª (Centésima**
15 **Septuagésima Sexta) Reunião**, realizada no dia 28 de fevereiro de 2012. O
16 Presidente abriu inscrições para manifestações sobre a Ata e o conselheiro **Rui**
17 **Guilherme Neves de Souza** solicitou correção na linha 78, onde se lê “ainda existe
18 outra instância que irá analisá-la, que é o Tribunal de Contas”, leia-se “ainda existe
19 outra instância que analisa que é o Tribunal de Contas”. Não havendo outras
20 manifestações, a Ata foi aprovada. O Presidente, seguindo a pauta deu continuidade
21 aos trabalhos passando para o **ITEM 02 - COMUNICAÇÕES**. As comunicações
22 recebidas e expedidas encontram-se na Secretaria Executiva do CES/AM à
23 disposição dos interessados. O conselheiro **Gilson Aguiar da Silva** aproveitou a
24 oportunidade para solicitar inversão de pauta, antecipando para aquele momento a
25 posse dos novos representantes da Universidade Federal do Amazonas-UFAM,
26 conforme estabelecido no **ITEM 05 – HOMOLOGAÇÃO: Termo de Juntada dos**
27 **Processos nº07266/2012 e nº05975/2012** que tratam respectivamente do
28 afastamento da conselheira **Aurora Del Carmen Rossell Soria** e da indicação de
29 novos representantes da Universidade Federal do Amazonas-UFAM em
30 substituição, de forma que os novos representantes empossados pudessem
31 participar da reunião já na condição de conselheiros. A proposta foi acatada e foram
32 empossados os novos representantes da Universidade Federal do Amazonas-
33 UFAM: **Heliana Nunes Feijó Leite**, como Titular e **Rodrigo Tobias de Sousa**,
34 Suplente. Continuando sua fala, o conselheiro **Gilson Aguiar da Silva** passou à
35 Mesa, publicações de interesse do controle social: a versão atual da Cartilha do
36 Usuário do SUS; um balanço da 14ª Conferência Nacional de Saúde; Revista sobre
37 Vacinas e o Plano Nacional de Saúde 2012-2015, as quais estão arquivadas à
38 disposição dos interessados na Secretaria Executiva do CES/AM; também
39 parabenizou o **Dr. Wilson Duarte Alecrim**, pela vitória alcançada na eleição para a
40 presidência do Conselho Nacional de Secretários de Saúde-CONASS onde, dos 27
41 estados da Federação obteve 20 aprovações. É um marco na história do Conselho,
42 pois é a segunda vez que um amazonense torna-se presidente do CONASS, o que
43 vai também favorecer toda a região norte, dando mais visibilidade às questões de



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA

44 saúde da nossa região. Em seguida, o conselheiro **José Rodrigues** também se
45 manifestou parabenizando o **Dr. Wilson Duarte Alecrim** pela conquista da
46 presidência do CONASS; considerando ser um marco e uma oportunidade para que
47 se trabalhe a nível nacional as desigualdades do país, tendo em vista que o ministro
48 da Saúde, **Alexandre Padilha** tem uma sólida relação de amizade com o **Dr. Wilson**
49 e por outro lado, o senador amazonense **Eduardo Braga** foi nomeado como líder de
50 Governo, então a oportunidade é essa, o momento é propício em função dessas
51 condições políticas favoráveis, de se fazer a correção do teto da Média e Alta
52 Complexidade (Teto MAC) e da questão de financiamento para a região amazônica,
53 situação proveitosa para transformar em atos concretos. O **Senhor José Duarte**
54 endossou as palavras do conselheiro, parabenizando o **Dr. Wilson Alecrim** e
55 vislumbrou também a possibilidade ímpar de se redimensionar os parâmetros de
56 financiamento para a região norte, até o momento detentora de uma *performance*
57 negativa. **ITEM 03 – INFORMES – 3.1-** Conselheiro **Gilson Aguiar da Silva** relatou
58 sua participação na última reunião da Coordenação da Plenária Nacional de
59 Conselhos de Saúde, realizada nos dias 28 e 29/02/12 em Brasília/DF e destacou os
60 pontos mais relevantes para o ano de 2012, como a deliberação das Resoluções
61 nº04 e 05 do Conselho Nacional de Saúde-CNS a serem publicadas, que
62 caracterizam o perfil da Plenária, como se deve trabalhar e atualiza o papel do
63 coordenador para que este tenha um desempenho mais célere, considerando que os
64 coordenadores de Plenária são os braços do CNS; observou que São Paulo, Rio de
65 Janeiro e Minas Gerais formam um “tripé” determinando as direções políticas que
66 devem ser adotadas no país, devido a frágil representação do nosso Estado, mas
67 para reverter esse cenário informou que o Movimento Popular de Saúde-MOPS está
68 se organizando no Amazonas e a partir de 2013 já poderá colaborar, participando
69 nas reuniões das Plenárias Nacionais e integrar com dois conselheiros as comissões
70 do CNS de forma mais ativa, fortalecendo a representação da região norte;
71 referindo-se à Resolução nº04 e 05, o conselheiro disse que esta deliberação dá o
72 norte de como o coordenador deve operacionalizar suas atividades de acordo com
73 as novas orientações: não pode receber ao mesmo tempo, recursos do Ministério da
74 Saúde e do Estado para as reuniões - apoio como passagens, por exemplo. O
75 mandato de coordenador estende-se para três anos e terá dois suplentes. Disse
76 ainda que discutiram sobre o decreto nº7508/2011 que regulamenta a Lei 8080/90 e
77 dá suas competências; abordou também a realização de uma Plenária Nacional
78 prevista para julho de 2012, para onde pretende mobilizar um quantitativo
79 significativo de conselheiros delegados, a exemplo de 2010, quando a delegação do
80 Amazonas contou com cinquenta delegados, fato inédito, uma vez que em quinze
81 anos de atividades, a nossa representação não alcançou seis componentes.
82 Ressaltou que esse aumento na representação deve-se ao esforço integrado da
83 Gestão, do Conselho Estadual de Saúde-CES, do Conselho Nacional de Secretários
84 Municipais de Saúde-CONASEMS e do Conselho de Secretários Municipais de
85 Saúde do Amazonas-COSEMS, onde receberam sempre o apoio da ex-presidente e
86 atual membro do COSEMS Adriana Moreira. Continuando, comentou a participação



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA

87 do Amazonas na 14ª Conferência Nacional de Saúde, aprovando trinta e duas das
88 trinta e cinco propostas estaduais encaminhadas, além da aprovação da Semana
89 Nacional do Controle Social; também discutiram o Projeto de Lei Complementar
90 nº141/2012 que regulamenta a EC-29, o qual define os gastos com a Saúde e a
91 competência do Controle Social; referiu-se ao Encontro de Secretárias Executivas,
92 ocorrido em Brasília, com a participação da secretária do CES, **Rita Cristiane dos**
93 **Santos Almeida** e de **Maria Nila Filgueiras**, secretária executiva do Conselho
94 Municipal de Saúde de Manaus. No evento trataram do *Acórdão* do Tribunal de
95 Contas da União nº1660 que determina a paridade nos conselhos de Saúde;
96 participou da reunião do CNS, dias 15 e 16 de março, apresentando as Resoluções
97 nº04 e 05/2012 do CNS, as quais foram aprovadas. O presidente, Senhor **José**
98 **Duarte** deu prosseguimento à pauta passando para o **ÍTEM 04 – DELIBERAÇÃO**
99 **DA PLENÁRIA – 4.1. Processo nº13458/2011- DEPLAN – Relatório Anual de**
100 **Gestão-RAG/2010. Relatora: conselheira Maria Adriana Moreira.** A conselheira
101 fez a leitura do seu parecer, com a análise do Relatório Anual de Gestão (RAG) da
102 Secretaria de Estado da Saúde exercício 2010. Apresentou **análise favorável** do
103 processo tendo por base o RAG como um instrumento importante de análise e
104 monitoramento do alcance ou não das metas e indicadores de saúde pela SUSAM.
105 Considerou a Lei nº8142/90 que dispõe sobre a participação da comunidade na
106 gestão do SUS; considerou ainda o parecer favorável das Câmaras Técnicas de
107 Gestão, Política e Planejamento e de Financiamento. O parecer encontra-se
108 arquivado na Secretaria Executiva do CES à disposição dos interessados. Inscritos:
109 **José Rodrigues, Antônio de Pádua, Luís Belém.** O conselheiro **José Rodrigues**,
110 complementando as palavras da conselheira **Adriana Moreira** disse que o relatório
111 tem coerência e consistência com a carta que é emitida pelo sistema do SIOPS
112 (Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde), sendo importante
113 destacar - no que diz respeito a todos os recursos aplicados para o governo do
114 Amazonas - que a planilha está demonstrando a participação com apenas 20% dos
115 recursos federais, significa que 80% com recurso próprio do estado. Mas, quando se
116 vai para a despesa, o gasto por habitante foi de 484 (quatrocentos e oitenta e
117 quatro) reais – nosso *per capita* de gasto com saúde no estado do Amazonas, dos
118 quais 58% é gasto com pessoal, 3,8% é com medicamentos, 15,94 % é com serviço
119 de terceiros e pessoa jurídica; 7,49% são de investimentos e 14,5% outras despesas
120 e de custeio. O que demonstra que essa carta do SIOPS é muito elucidativa. O
121 conselheiro **Antônio de Pádua** fez duas observações com base no relatório, a
122 primeira é acerca do parecer da Câmara Técnica de Gestão, Política e
123 Planejamento-CT/GPP, comentando que seria “extremamente adequado que todos
124 os conselheiros estivessem com cópias do parecer para se faça uma análise mais
125 precisa do que aconteceu” comenta que na página do demonstrativo da execução
126 orçamentária há o informe que o estado executou 96,77% do orçamento que estava
127 previsto, só que no cômputo geral dos investimentos previstos, o estado deixou de
128 investir 57 milhões, dezesseis mil, seiscentos e trinta e sete reais e seis centavos e
129 se analisarmos onde o estado deixou de investir, percebemos a gravidade da

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA**

130 situação que se configura, por exemplo, no Programa 3070 – Aceleração da
131 Eliminação da Hanseníase/ Tratamento das Doenças Dermatológicas. Acredito que
132 os conselheiros não sabem o que estou falando, visto que o relatório da CT/GPP
133 não foi distribuído em tempo hábil para favorecer uma apreciação do que está sendo
134 colocado em pauta. Foram autorizados três milhões, cento e trinta mil, duzentos e
135 oitenta e cinco reais para aceleração da eliminação da Hanseníase e outros
136 tratamentos dermatológicos, e todos sabem que a Hanseníase é um problema
137 gravíssimo em nosso estado. Pois bem, o estado executou apenas 46% desse
138 orçamento, quantas pessoas não deixaram de ser encontradas e tratadas dessa
139 doença gravíssima que é a Hanseníase. Outro ponto: no apoio ao Fortalecimento da
140 Atenção Primária de Saúde, a própria CT reconhece que os maiores problemas hoje
141 no Amazonas – apesar de ter havido melhora - é na área materno-infantil: em 2006
142 nós tivemos duzentos e trinta e seis casos de sífilis congênita e a mortalidade
143 materno-infantil, apesar de ter melhorado nos últimos anos ainda é um significativo
144 peso, o relato dos indicadores de desempenho do SUS no estado dão conta de que
145 a maioria das pessoas que aqui se interna, morre de causas evitáveis. Coari e Tefé
146 que têm maior potencial de financiamento e tiveram 100% de internações por
147 causas sensíveis à Atenção Primária. Pois bem, o estado empenhou na dotação
148 orçamentária referente ao Fortalecimento da Atenção Primária, no valor de cinco
149 milhões, trezentos e oitenta e nove mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta
150 e dois centavos e só investiu hum milhão e novecentos e treze mil, significa que
151 deixou de investir quase 70% do recurso destinado para o Fortalecimento da
152 Atenção Primária isto é, 35,50%. O Amazonas trata os amazonenses do interior
153 como se eles não fossem amazonenses, fui demovido da ideia de que o Amazonas
154 não patrocinava, não incentivava a Atenção Primária, mas não é verdade, na
155 Conferência as pessoas do interior me convenceram de que o estado trata os
156 municípios de maneira desigual, na capital o estado patrocina a Atenção Primária
157 nos CAIC's (Centro de Atenção Integral à Criança); CAIMI's (Centro de Atenção
158 Integral à Melhor Idade); na rede assistencial do Pronto-Socorro, o que não é cabível
159 para ele, então é um perverso tratamento desigual com o povo do interior que tem a
160 metade da população do Estado, pois o que foi gasto foi aqui na capital e o povo do
161 interior do Amazonas foi mais uma vez excluído. A tendência histórica dos últimos
162 anos é de que a arrecadação do Estado aumente cada vez mais e a dependência da
163 população também, conforme os jornais informam, de que o endividamento da
164 população aumentou em 60% nos últimos três anos. O Relatório da Segurança
165 Alimentar dá conta que 44% das famílias do Amazonas têm privação crônica de
166 alimentos, ou seja, a maior parte da população do Estado é dependente dos
167 serviços públicos de saúde; o relatório da comissão pastoral diz que a maioria das
168 famílias do Amazonas é chefiada por pais de família de baixa escolaridade, sem
169 nenhuma capacidade de aumentar sua renda. Manaus, desde 2005 não amplia a
170 cobertura da Saúde da Família que não chega a atingir as duzentas equipes
171 autorizadas, então, aumenta a população, aumenta a dependência e diminui a
172 cobertura e a assistência e finalmente, outro número sobre a política dos



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA

173 investimentos na área de saúde: nós tínhamos 153 (cento e cinquenta e três)
174 milhões e 401(quatrocentos e um) mil para investir e o estado deixou de investir
175 vinte milhões e quinhentos mil na Política de Investimento da Saúde. Ora,
176 independentemente dos números, acredito que o relatório deve ser aprovado, pois
177 constata exatamente a impropriedade, o pouco cuidado com os investimentos dentro
178 do estado. O relatório é perfeito, mas quero lembrar que é indicador do próprio
179 parecer da CT de Gestão Política e Planejamento para o que serve um relatório de
180 gestão: 'considerando a Portaria GM/MS nº 204/07, orienta que a comprovação da
181 aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde [...] aos Fundos
182 de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, far-se-á mediante o
183 Relatório de Gestão, que deve ser elaborado anualmente e aprovado pelo respectivo
184 Conselho de Saúde, com vistas a identificar situações que possam subsidiar a
185 atualização das Políticas de Saúde, obter informações para tomada de decisões na
186 sua área de competência e indicar a realização de Auditoria, Fiscalização e
187 Controle'. Então, quero submeter à Plenária que junto da aprovação do Relatório
188 indique a necessidade de se fazer uma auditoria de por que o estado deixou de
189 investir tanto dinheiro na área de saúde. Nós temos um aumento progressivo da
190 dependência da população; um aumento da arrecadação do estado e uma queda
191 dos investimentos. No segundo quadro, que fala do aumento do investimento de
192 estado - é verdade que o estado investe um valor significativo - mas nos últimos
193 anos tem caído o investimento, comparando 2009 com 2010: o estado investiu em
194 2009 76%, em 2010 cai para 74%, enquanto as verbas para convênios triplicam em
195 torno de 14% de aumento e o Ministério da Saúde-MS diminui para 3% de aumento
196 em relação ao ano anterior. Fico feliz de saber da eleição do nosso Secretário para
197 presidir o Conselho Nacional de Secretários de Saúde-CONASS, nosso telhado
198 agora é de cristal e não de vidro, porque se ele representa todos os Secretários de
199 Saúde, aqui tem que ser quase perfeito, tem que ser muito melhor, essa situação de
200 abandono da população com hanseníase e que envolve principalmente os povos
201 indígenas, é descabido e precisamos corrigir, e a outra questão é quanto a fala do
202 nosso Governador nos jornais de hoje o nosso governador fala da preparação da
203 RIO + 20, esse é o nosso grande cenário, haverá uma exposição para o mundo
204 inteiro da situação da Amazônia e essa incúria não pode ficar encoberta, nós
205 precisamos em vez de revalidação de diplomas, da criação de uma carreira para
206 profissionais irem para o interior. Outra grande questão aqui, segundo o relatório da
207 Vigilância em Saúde é de que ninguém sabe do que morrem as pessoas em 70%
208 dos óbitos que veem do interior, então, se não sabem, o investimento está errado.
209 "Portanto, a minha posição é que se aprove o relatório e junto, um pedido de
210 auditoria para verificar por que não houve a aplicação desse recurso". Em seguida, o
211 conselheiro **Luís Francisco Belém Costa** tornou a palavra, inicialmente dizendo
212 que a fala dele já estava contemplada pelo conselheiro **Antônio de Pádua**, apenas
213 destacou que o Programa da Saúde da Mulher, muito importante, também teve seu
214 recurso subutilizado, conforme demonstra a planilha do relatório, o Programa TFD
215 (Tratamento Fora de Domicílio) recebeu o mesmo valor de recurso em 2010 e 2011



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA

216 e questionou como isso era possível, ou seja, aumento da população, mas não
217 aumenta o recurso. “A Assembleia Legislativa do Amazonas aprovou uma dotação
218 orçamentária de 2012 que é a mesma de 2011, é como se o estado não tivesse
219 crescido nada, e nós crescemos, a saúde é necessária, a população está maior e
220 nós vamos gastar o mesmo que em 2011”. Em seguida, o conselheiro **Gilson**
221 **Aguiar** se manifestou, comentando que o relatório foi emitido aqui pela mesa, dentro
222 das nossas atribuições, com a preocupação de informar aos conselheiros tudo o que
223 foi feito aqui dentro. Em relação às palavras do conselheiro **Antônio de Pádua**,
224 considera pertinente a preocupação com a hanseníase, por se tratar de um
225 problema sério de saúde pública em nosso estado; apreciou que houve um
226 progresso na confecção deste relatório de uma forma mais acessível àquele que não
227 é conhecedor da área; comentou que nas viagens que realiza pelo interior do
228 estado, tem se deparado com situações absurdas que ocorrem no âmbito da gestão,
229 como por exemplo, a prestação de contas de algumas Unidades Mistas, para as
230 quais solicitou uma fiscalização do DENASUS (Departamento Nacional de Auditoria
231 do SUS) em dez unidades do nosso estado, também solicitou informações de como
232 são feitas as indicações para o cargo de Diretor de Unidade Mista, pelo fato de que
233 alguns diretores saíram da Unidade Mista por improbidade administrativa e já
234 assumiram outras; também não entende como se aprova um orçamento anual de
235 governo sem considerar o incremento populacional daquele período; “nós temos
236 uma dotação orçamentária em 2012 igual a de 2010 e menos que 2011 e a nossa
237 população não diminuiu. O CONASS está fechando um debate sobre a aplicação
238 desses recursos, segundo Lei complementar 141/12 em relação aos vetos que a
239 Presidente Dilma colocou, nós queremos saber o porquê do veto, queremos debater
240 o veto, porque definimos que o estado tem que aplicar 12% e o município 15% do
241 arrecadado, mas não está definido o que a União tem que aplicar”. Informou que no
242 dia anterior participou da reunião do Conselho Municipal de Saúde e a SEMSA está
243 expandindo os núcleos de apoio do Programa de Saúde da Família com mais
244 duzentas equipes, aprovado ontem na CIB (Comissão Intergestores Bipartite); “com
245 o município de Manaus assumindo os SPA’s (Serviço de Pronto Atendimento), os
246 CAIC’s e CAIM’s, o estado vai ter mais folga para aplicar os recursos nos município
247 do interior”. Não havendo outras manifestações o **Sr. José Duarte** colocou o
248 relatório em votação, o qual foi aprovado com a abstenção de voto do conselheiro
249 **Rodrigo Tobias de Sousa** por não ter conhecimento prévio do relatório. O
250 conselheiro **José Rodrigues** fez declaração de voto com recomendação para que a
251 SUSAM reveja a situação de execução dos programas 3070 e 3082, visto que os
252 mesmos estão apresentando execução orçamentária mínima em 2010 e no primeiro
253 semestre de 2011, em análise pela CT, que seja revisto para que no final de 2011
254 não sejam feitas as mesmas recomendações. Antes de prosseguir para o próximo
255 assunto, o conselheiro **Antônio de Pádua** lembrou à mesa ter feito uma proposta
256 para que fosse votado um pedido de auditoria “porque é assim que a comissão do
257 relatório coloca: que este instrumento serve para indicar auditoria, e em face da não
258 conformidade de investimento suficiente propus como conselheiro se votasse, além



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA

259 da aprovação do relatório, um pedido de auditoria do DENASUS para saber o motivo
260 do não investimento e então gostaria que pela ordem, a proposta fosse submetida
261 ao colegiado. O **Sr. José Duarte** respondeu que a votação já havia ocorrido e que o
262 relatório foi aprovado da forma como foi apresentado. O conselheiro **Antônio de**
263 **Pádua**, disse que o encaminhamento feito pelo Presidente foi de forma inadequada
264 e solicitava, então, que fosse submetido ao Colegiado para este definir se seria
265 votado ou não para não se ter este tipo de manobra. O Presidente da mesa
266 reafirmou que a votação já havia ocorrido e que não retornaria à pauta. O
267 conselheiro **Antônio de Pádua** então pediu que o pleito fosse submetido à plenária
268 do Conselho, se este queria votar ou não. O **Sr. José Duarte** rebateu que já havia
269 submetido à plenária ao que o conselheiro respondeu que não e repetiu que estava
270 colocando uma proposta ao pleno do Conselho e que o Presidente da Mesa deveria
271 perguntar se a plenária gostaria de votar a proposta ou não, mas o Presidente
272 apenas confirmou que já era pauta passada e que daria sequência a pauta. O
273 conselheiro solicitou que a mesa se manifestasse sobre a conduta do Presidente,
274 “pois fere frontalmente a conduta do Controle Social, obstruindo o Controle Social”.
275 O presidente disse que “eram águas passadas” e passou para o **ITEM 4.2 –**
276 **Processo nº 07643/2012 – SEC. EXEC. CES/AM**, deliberação sobre a Prorrogação
277 de mandato do Conselheiro Estadual de Saúde como Coordenador de Plenária
278 Estadual **Gilson Aguiar da Silva**. O conselheiro **Gilson Aguiar**, com a palavra,
279 orientou ao conselheiro **Antônio de Pádua** que fizesse por escrito sua proposta de
280 auditoria e encaminhasse à mesa de forma que fosse incluída na pauta para a
281 próxima reunião. O conselheiro **Gilson Aguiar** em breve explicação sobre o pedido
282 de prorrogação de mandato de coordenador, disse que o CNS (Conselho Nacional
283 de Saúde) aprovou que o coordenador de plenária terá um mandato igual ao do
284 conselheiro nacional de saúde, portanto o mandato deve se estender até dezembro
285 de 2012, em janeiro de 2013 será a posse dos novos conselheiros nacionais, por
286 outro lado, o CNS fez um pedido de que os trabalhos fossem concentrados na
287 organização da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, que ocorrerá nos dias 09
288 e 10 de julho deste ano, em Brasília e para onde o CES deverá enviar quatro
289 conselheiros escolhidos, considerando a paridade. O conselheiro **Gilson Aguiar**
290 disse que “nós temos duas situações: fazer uma plenária estadual já programada
291 para este ano ou centrar todo o nosso trabalho nos próximos meses, para
292 sensibilizar os conselhos municipais de saúde para a importância deste encontro em
293 Brasília”. O conselheiro considerou que os dois eventos em períodos próximos
294 tornaram-se onerosos para os conselheiros dos municípios do interior que se
295 deslocam com dotação municipal, sendo preferível transferir a reunião estadual para
296 que seja oportunizada a ida de uma delegação significativa para o encontro
297 nacional, “pelo que estamos empenhados em colaborar com os conselhos
298 municipais viabilizando uma ajuda de custo com a nossa dotação orçamentária e
299 colaboração do COSEMS para aqueles municípios mais isolados, como forma de
300 garantir a presença deles em Brasília”. O outro ponto é quanto à prorrogação do
301 mandato de coordenadores/conselheiros de plenárias nacionais para até a próxima



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA

302 eleição em 2013, com mandato de três anos também para coordenadores, até
303 janeiro de 2013. Disse que a gestão do MS “queria desmobilizar essa plenária
304 nacional transferindo de julho para dezembro de 2012, como manobra de
305 esvaziamento da plenária, considerando que o Conselho Nacional tem o recesso de
306 final de ano. Sendo assim, a intenção de pressionar os parlamentares seria em vão;
307 outra questão é que os prefeitos em dezembro estão em final de mandato e sem
308 orçamento”. Também aproveitou para lembrar que a plenária teria que aprovar
309 quatro nomes entre os conselheiros para que visitassem os nossos municípios e nos
310 meses de abril e maio informou que estarão recebendo três coordenadores dos
311 municípios, por mês, para que possam participar das nossas reuniões e colocar para
312 este colegiado as dificuldades das suas regionais. Em relação ao período do
313 mandato do conselheiro coordenador de plenária e demais membros da plenária
314 estadual, foi lembrado pela secretária do CES, **Rita Cristiane dos Santos Almeida**,
315 que os mesmos completarão três anos de mandato em março de 2012, havendo a
316 necessidade de prorrogação de mandato até a realização da plenária estadual. O
317 presidente **Sr. José Duarte**, após a fala do conselheiro **Gilson Aguiar**, submeteu à
318 plenária. O conselheiro **Rui Guilherme Neves de Souza** se manifestou dizendo que
319 o conselheiro **Gilson Aguiar** vem realizando um excelente trabalho junto à plenária
320 nacional e da mesma forma seu empenho é reconhecido por este colegiado e se
321 colocou favorável o pleito. Não havendo outras manifestações, o presidente colocou
322 a prorrogação do mandato em votação, o qual foi aprovado. O conselheiro **Gilson**
323 **Aguiar da Silva** agradeceu a aprovação e disse que fará o seu melhor para integrar
324 os conselhos municipais, o estadual e o nacional e promover condições para a
325 discussão das necessidades e dificuldades locais. O Presidente passou para o **ITEM**
326 **4.3 – Processo nº 07265/2012** – Indicar substituição da conselheira **Aurora Del**
327 **Carmen Rossell Soria**, em virtude do seu afastamento da coordenação da CT/RH
328 (Câmara Técnica de Recursos Humanos). O Presidente se manifestou dizendo que
329 a indicação era da mesa e por esta razão tomava a liberdade de indicar o
330 conselheiro **Rodrigo Tobias**, recém-empossado, para ocupar a referida Câmara
331 Técnica, na qualidade de coordenador adjunto. O conselheiro **Rodrigo Tobias de**
332 **Souza** disse da satisfação de retornar a Casa como membro de fato deste Fórum,
333 tão discutido nas aulas teóricas de saúde coletiva da Faculdade de Medicina da
334 UFAM, onde é professor; quanto à proposta para assumir a coordenação da CTRH,
335 solicitou antes consultar a titular pela Universidade **Dra. Heliana Nunes Feijó Leite**
336 e em seguida, apresentou outra proposta considerando também a manifestação de
337 interesse pelos demais membros da Casa. O conselheiro **Gilson Aguiar** solicitou a
338 palavra para esclarecer que a indicação é para a coordenação adjunta, visto que o
339 conselheiro **Sidcley Lima da Silva** passou a ser o coordenador da CT/RH e
340 considerou pertinente a proposta do conselheiro **Rodrigo Tobias** de disponibilizá-la
341 a outros membros que tenham esse interesse. O conselheiro **José Rodrigues**
342 esclareceu que a proposta oferecida ao conselheiro **Rodrigo Tobias** decorria do
343 fato de que a titular, conselheira **Heliana Nunes Feijó**, além da atividade intensiva
344 da docência, acumula outra também de grande importância, no PRODERAM –



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA

345 Programa de Desenvolvimento Regional do Amazonas, o que torna sua presença
346 quase impossível nas reuniões da CT/RH, pelo acúmulo de funções sob sua
347 responsabilidade. O conselheiro **José Rodrigues** sugeriu ao seu par que
348 procurasse se informar mais de perto dos assuntos junto aos componentes desta CT
349 e na próxima reunião definir o nome para assumir a função de coordenador adjunto.
350 O conselheiro **Rodrigo Tobias** aceitou a proposta para que o pleito fosse tratado na
351 próxima reunião, tempo que ele teria para conversar com a titular do segmento, **Dra.**
352 **Heliana Feijó** e ao mesmo tempo se apropriar da situação da CTRH. Prosseguindo,
353 o **Senhor José Duarte** passou para o **ITEM 4.4 – Processo nº 07571/2012 –**
354 **Conselheiro Gilson Aguiar da Silva – Coordenador do PID/AM, indicação dos**
355 **novos componentes do GT – PID /AM e respectivas instituições.** O conselheiro
356 **Gilson Aguiar da Silva** disse que recebeu demanda do Conselho Nacional de
357 Saúde para atualizar a composição do grupo de Trabalho do Programa de Inclusão
358 Digital do Amazonas – PID/AM tendo em vista a otimização das representatividades
359 do GT e a inclusão de novas instituições, devido as características que poderão
360 fortalecer as ações do Programa, como por exemplo, a estrutura de laboratórios de
361 informática instalados nos municípios do interior pela SEDUC; e esta parceria MS,
362 SUSAM, CES, também CETAM (Centro de Educação Tecnológica) que tem um
363 corpo docente e pode colaborar com seus professores, “uma vez que o conselheiro
364 **Silvano de Souza Fonseca** do GT/PID tem encontrado dificuldades para se
365 deslocar para os municípios, por falta de recursos do MS disponíveis para essas
366 ações e nós viabilizamos esses deslocamentos com recursos nossos, do CES e
367 também para outros profissionais que estão capacitando os municípios. Então,
368 estamos sugerindo que eles façam parte também desse GT. A senhora **Tandreli**
369 **Silva Sant’anna**, antes conselheira e Coordenadora deste GT, agora permanece
370 como Técnica, bem como a **Ana Eli Vasconcellos**, Técnica do CES, a **Rita**
371 **Almeida** Secretária Executiva, como pede a Resolução, deve ser incluída no GT; os
372 demais membros permanecem e também incluímos a CIB e COSEMS, pelo fato de
373 trabalharem a mobilização junto aos Conselheiros Municipais de Saúde para se
374 capacitarem em informática”. O conselheiro **Gilson Aguiar da Silva** finalizou
375 solicitando que a proposta da nova formação deste GT fosse votada e tão logo fosse
376 oficializada a alteração do GT, este seria enviado do MS, junto com o novo projeto a
377 ser executado; adiantou que as novas instituições parceiras já estavam trabalhando
378 em conjunto com o conselheiro **Silvano de Souza Fonseca**. O **Senhor José Duarte**
379 colocou a proposta para manifestações. O conselheiro **Antônio de Pádua** pediu
380 informações sobre se na composição do GT/PID estava incluído um “polo da tele
381 saúde do estado, que é uma importante rede, com recursos e com grande
382 progressão”, ao que o Coordenador respondeu que não, mas poderia, com a
383 permissão do Colegiado, incluir mais este órgão, na certeza de que seria de
384 importante colaboração. O conselheiro **Silvano Fonseca** argumentou que o sistema
385 Telessaúde, “ancorado” na Universidade Estadual do Amazonas-UEA não permitia
386 mais espaço para compartilhar com outra instituição. O conselheiro **Rodrigo Tobias**
387 trouxe a contribuição de que este sistema, operado basicamente pela UEA, conta



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA

388 com a parceria da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, onde o polo não é tão
389 sobrecarregado e a UFAM poderia entrar com essa contribuição, também lembrou
390 que essa experiência já ocorre em Belo Horizonte. A proposta de inclusão das
391 Instituições citadas foi aprovada com inclusão também da UEA e da UFAM. **ITEM 6**
392 **– O QUE HOVER:** Inscritos conselheiros **Antônio de Pádua, Gilson Aguiar,**
393 **Rodrigo Tobias, Luís Francisco Belém, Antônio Júnior, Jorge Reis, José Mário**
394 **Ferreira.** O conselheiro **Antônio de Pádua** lembrou ao colegiado da obrigação do
395 estado de fazer a apresentação trimestral do relatório da prestação de contas, está
396 previsto na lei que institui o Departamento Nacional de Auditoria do SUS. “É
397 importante que se dê periodicamente a apresentação pra não acontecer o que o
398 conselheiro **José Rodrigues** vem nos alertando: está começando de novo a não se
399 ter investimento e como no Amazonas nós temos uma singular condição do
400 movimento dos rios, na enchente é uma situação, na baixa é outra, qualquer atraso
401 no investimento que seja extemporâneo é danoso para a população porque se
402 modifica as condições de acesso e justamente nós estamos aprovando o relatório de
403 Gestão/2010 e era pra ter sido o de 2011, estamos com um ano de atraso, além do
404 mais não tenho conhecimento de nenhuma audiência pública”. Tratou de outra
405 questão que é “da insistência do poder público em querer revalidar automaticamente
406 o diploma de médicos formados no interior e colocou para o conselho a seguinte
407 condição: em primeiro lugar o descabimento da propositura que corre no Senado e
408 prevê que só se revalidará o diploma de médicos, e não de outras profissões e o
409 pior: a colocação discriminatória de que provavelmente, nós teremos médicos
410 exercendo a medicina no interior do Amazonas, mas não podem fazê-lo em São
411 Paulo, ou seja, uma ‘gambiarra’ para o povo pobre do interior do AM e teremos em
412 torno de 30 mil acadêmicos de medicina fazendo faculdade em instituições sem
413 qualificações por toda a área de fronteira e sendo revalidados pela UEA, nós vamos
414 ter uma violência contra o SUS. E como o CES tem a ver com a ordenação da
415 formação de Recursos Humanos proponho submeter à plenária nota de repúdio por
416 tentativas de solucionar paliativamente a situação de desassistência à saúde da
417 população do interior do AM, com a revalidação automática de diplomas; se nós
418 formos pensar o que está acontecendo mesmo, dos 62 municípios do Amazonas, 24
419 prefeitos já foram cassados nessa atual gestão, por malverssação de recursos,
420 abuso de poder etc. O fato de não haver concurso público para uma carreira efetiva
421 que vincule os profissionais, onera o sistema e como é do conhecimento de todos
422 que visitam os municípios sabem que o município que pagar um pouco mais o
423 médico, este sai do município em que está e deixa a população desassistida; vemos
424 situações de pedir exames demais sem necessidade, um acompanhamento
425 inadequado, como os inquéritos de mortalidade materno-infantil demonstram: a
426 mulher foi 7 vezes no hospital e acabou morrendo desassistida; o menino que tomou
427 *dipirona* em um hospital e morreu em outro com Meningite e não é destruindo a
428 UEA, a UFAM que têm curso de medicina que se vai resolver os problemas de
429 desassistência no interior”. O conselheiro concluindo sua análise reafirmou o pedido
430 de colocar sua proposta em votação. O conselheiro **Gilson Aguiar** informou ao



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA

431 conselheiro **Antônio de Pádua** que a mesa diretora já está buscando um local
432 adequado para agendar uma reunião e discutir o assunto e se ter um
433 posicionamento sobre esse tema. Informou também aos conselheiros do CES que
434 está precisando de colaboradores para compor a Comissão de Informação e
435 Informática em Saúde para implementar as ações, os interessados devem se
436 apresentar à Secretária Executiva, Sra. **Rita Almeida** para que os nomes sejam
437 homologados na próxima reunião. Falou que conforme o planejamento de metas, a
438 Comissão estará publicizando um boletim informativo para este semestre e outro
439 para o próximo, com as realizações do CES/2011. Adiantou que dois colaboradores
440 já estão definidos para trabalharem exclusivamente nesta comissão, mas que outros
441 são necessários pelo volume de informações, notícias, agendas que precisam ser
442 organizadas e divulgadas à população. Abordou também quanto à necessidade dos
443 conselheiros irem aos conselhos municipais de saúde e após visita elaborarem um
444 relatório sucinto, conforme modelo de visita já definido, um “checklist”, observando
445 principalmente, a documentação exigida para funcionamento: se o conselho está
446 paritário; se a mesa foi eleita; se o PID está ativo. Conforme a agenda, as visitas
447 estão prevista para dia 17/04 a Autazes; dia 11/04 à Borba; dia 26/04 Iranduba e
448 Novo Aripuanã; as passagens de barco e lancha já estão sendo licitadas. Naquele
449 momento dois conselheiros se manifestaram: **Luís Belém** para Iranduba, dia 26/04 e
450 **José Mário** para Autazes, dia 17/04. A seguir, o conselheiro **Rodrigo Tobias** se
451 manifestou para informar que a UFAM é parceira de uma rede de escolas de saúde
452 pública em todo Brasil, aqui no estado nossa parceria é com a FIOCRUZ e com a
453 Escola Superior de Ciências da Saúde da UEA, nesta perspectiva está divulgando
454 alguns cursos que considera ser do interesse para a agenda do CES, como o curso
455 de especialização em Gestão Regionalizada do SUS pela FIOCRUZ; a UFAM
456 recebeu verba da FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa) para provavelmente
457 no mês de junho realizar um seminário de Redes de Atenção e acredita ser
458 importante que o CES, SUSAM E SEMSA, participem para se discutir este tema com
459 representantes de outros estados e trabalhar a nossa própria rede, vislumbrando já
460 os aspectos da regionalização formalmente definidos no ano passado. Outro
461 assunto que abordou foi de um pedido em nome da UFAM, de parceira junto à
462 SUSAM na execução da Política Estadual de Educação Permanente, “para
463 estabelecermos as demandas da SUSAM, do Conselho Estadual de Saúde,
464 formularmos os cursos nessa direção e oportunizar a formação em nível de pós-
465 graduação aos recursos humanos do estado”. Apresentou também um
466 questionamento sobre o PROVAB – Programa do MS com o objetivo de valorizar os
467 profissionais da Atenção Básica. No final do ano passado, a UFAM foi definida como
468 a instituição responsável pela supervisão do Programa na região norte, apoiando a
469 política do MS junto à valorização desses profissionais da Atenção Básica. “O fato
470 é: temos cerca de 200 inscritos para 23 municípios do interior do estado, maioria de
471 Enfermeiros e Dentistas que não estão sendo recebidos pelos municípios”, fato que
472 o conselheiro questionou ao CES, mas considerando que essa questão deveria ser
473 direcionada à CIB e vai relacionar esses municípios que não estão recebendo esses



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA

474 novos profissionais Enfermeiros, Dentistas e Médicos para atuarem na Atenção
475 Básica. O conselheiro **Luís Belém** iniciou sua manifestação com informações de
476 uma reportagem com dados de que hoje a Saúde no Brasil gasta 190 (cento e
477 noventa) milhões com as consequências dos acidentes de trânsito, esses recursos
478 poderiam ser melhor utilizados se houvesse mais prudência dos motoristas ao
479 volante e 50% dos acidentes são causados por motoristas alcoolizados, desta forma,
480 sugere que a SUSAM promova campanhas educativas para reduzir essa estatística
481 e assim, melhor aproveitar esse recurso. Também encaminhou à mesa diretora um
482 pedido para uma reunião com: SEA – capital, FVS (Fundação de Vigilância em
483 Saúde) e Associação dos Renais Crônicos. O conselheiro explicou que Manaus tem
484 cerca de 600 pacientes em diálise peritoneal, realizada em casa e 05 em clínicas de
485 Hemodiálise e não existe nenhum tipo de supervisão por parte da SUSAM, onde
486 essas clinicas não cumprem com as determinações definidas em portarias, o
487 conselheiro disse que dessa forma, a exemplo de como as clínicas se comportam,
488 ele também passará a não cumprir os protocolos, mas antes disso deseja reunir com
489 os setores responsáveis da SUSAM, porque acredita que não haja o engajamento
490 do Ministério Público nesta questão, pelas denúncias que já fez, a continuar a
491 situação atual, acredita que só lhe restará envolver a mídia. Dirigindo-se ao
492 Presidente da Mesa, **Sr. José Duarte**, o conselheiro **Luís Belém** lembrou que uma
493 das bandeiras da SUSAM é de que esta Secretaria utiliza um percentual superior
494 para as despesas com saúde, muito acima do que determina a Constituição, mas
495 precisa atentar para que o gasto de recursos seja coerente com a necessidade e
496 que não haja desperdício como ocorre com o medicamento *eritropoetina*
497 *recombinante humana*, produzida pelo laboratório Biomanguinhos e que não é tão
498 eficaz e eficiente quanto os genéricos ou similar de marca, onerando os cofres
499 públicos, devido a necessidade de uma dose tripla para surtir o mesmo efeito de
500 apenas uma dose do medicamento de outra de marca. O conselheiro está
501 produzindo um relatório apontando a falha e solicitando a troca por um medicamento
502 similar, porque não tolera mais tomar um medicamento que além de ser produzido
503 com albumina humana – enquanto os demais já são produzidos com albumina
504 sintética – o remédio não faz o efeito esperado. O seguinte inscrito, o conselheiro
505 **Antônio Ferreira de Oliveira Júnior** informou que a validade do concurso para o
506 Corpo de Bombeiros foi prorrogado por mais dois anos e o coselheiro solicitou
507 colaboração do Colegiado, no sentido de obter uma posição da SUSAM sobre o
508 cronograma de entrega à população das Unidades de Pronto Atendimento 24 horas
509 (UPA), conforme ficou definido em convênio firmado com o Corpo de Bombeiros
510 respaldado pela Lei nº 3437/2009 da Assembléia Legislativa. O conselheiro solicitou
511 uma apresentação do setor responsável sobre este assunto, para que seja
512 conhecido o cronograma de entregas de UPA's. O conselheiro **Jorge Reis** retomou
513 o assunto sobre a situação da Santa Casa de Misericórdia, por considerar que seu
514 pronunciamento anterior não surtiu muito efeito e mais uma vez fez um apelo aos
515 órgãos competentes, ao setor privado em prol de uma solução, um acordo, para que
516 a Santa Casa retome suas atividades. O conselheiro **José Mário dos Santos**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA

517 **Ferreira** representante dos Povos Indígenas informou que é também conselheiro
518 suplente no Fórum Nacional de Conselheiros Distritais e que gostaria que o CES
519 colaborasse com passagens para seus deslocamentos à Brasília, quando fosse
520 convocado para as reuniões; fez também um apelo ao Colegiado por mais atenção
521 de saúde para o Vale do Javari, pois a população indígena está enfrentando a
522 Hepatite D que mata em 24 horas, mas a SESAI (Secretaria Especial de Saúde
523 Indígena) tenta encobrir a situação, além de viroses etc. que poderiam ser evitadas,
524 mas a cobertura vacinal não é feita; só em janeiro doze crianças morreram por
525 viroses. Lembrou que “irmãos indígenas” também votam em prefeitos, governadores,
526 políticos e são computados como renda *per capita* na ordenação dos recursos para o
527 nosso estado. No Vale do Javari é difícil o acesso da população aos serviços de
528 saúde devido aos longos deslocamentos fluviais, os sete distritos indígenas do
529 Amazonas que são autônomos funcionam como “verdadeira caixa-preta: ninguém
530 sabe quanto vem para o Amazonas. É muito dinheiro que a gente não sabe o
531 destino. As equipes não entram nas áreas, foram demitidos todos os odontólogos;
532 foi contratada uma ONG de Mato Grosso para tomar conta das ações de saúde, se a
533 ONG que estava aqui em Manaus não conseguia gerenciar, quanto mais a que está
534 em Mato-Grosso e não tem representação aqui, mas coordena o Vale do Javari, que
535 conheço bem, onde a Unidade mais próxima se gasta 2000 litros de gasolina para
536 se chegar lá, para se chegar em Maronau gasta-se de 4 a 5 mil litros de gasolina”. O
537 vice-presidente da mesa, conselheiro **Gilson Aguiar** informou que agendaria uma
538 apresentação da coordenação Nacional para a próxima Plenária. O conselheiro
539 **José Mário** sugeriu também a criação de um grupo de trabalho para tratar das
540 questões de saúde da nossa região em junho próximo, no espaço da Rio +20,
541 representando este Colegiado, tendo em vista o financiamento que será
542 disponibilizado. Neste momento o conselheiro **Rui Guilherme Neves de Souza**
543 informou que o conselheiro **Gilson Aguiar da Silva** necessitou se retirar para
544 participar de uma reunião do Conselho Municipal e passou então a tecer
545 comentários sobre alguns pontos que considerou pertinente, como agradecer a
546 participação de vários setores da SUSAM nas reuniões ordinárias do CES, o que
547 considerou uma integração importante, fruto de apelos feitos anteriormente;
548 registrou a presença da Secretária Executiva do FES, senhora **Geilane Evangelista**
549 **de Oliveira** também de técnicos do DABE, DEPLAN, Saude Mental, visto que as
550 discursões do processo da saúde perpassam por todos os setores da SUSAM.
551 Quanto à situação da Santa Casa, o conselheiro lembrou que na gestão do então
552 governador **Eduardo Braga** foi constituído um grupo de trabalho multiprofissional do
553 qual fez parte, para realizar um levantamento de todos os aspectos da situação com
554 a finalidade de em um segundo momento, conforme proposta apresentada pelo
555 Governo, gerenciar a Santa Casa de Misericórdia por um período de dez à quinze
556 anos, mas a proposta não vingou. O conselheiro **Rui Guilherme** se posicionou a
557 favor de que se faça um convite para que o conselho que administra a Santa Casa
558 apresente a situação atual e o que ocorreu para que hoje ela esteja nessa situação e
559 a partir disso se pensar uma nova proposta; outro ponto abordado pelo conselheiro



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA

560 diz respeito à CIST – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, a qual
561 pertence o Conselho Estadual de Saúde e registrando a presença do técnico
562 **Antônio Augusto de C. Albuquerque** lembrou que até o momento o CES não
563 recebeu o plano de metas e ações /2012 da referida comissão. O conselheiro **Jorge**
564 **Reis** retomou a palavra e disse não entender a recusa do conselho da Santa Casa
565 ao que foi proposto pelo governo através da SUSAM. O presidente da reunião **Sr.**
566 **José Duarte** sugeriu ao conselheiro **Antônio de Pádua** que fizesse a minuta da
567 nota de repúdio proposta e encaminhasse à secretaria do CES para que fosse
568 submetida à mesa. O conselheiro **José Rodrigues** expressou que a nota de repúdio
569 proposta pelo conselheiro **Antônio de Pádua** deverá registrar a origem do
570 documento e pediu ao conselheiro esclarecer a questão. O conselheiro **Antônio de**
571 **Pádua** dirigindo-se a mesa e plenária reportou-se a Lei Estadual que trata a situação
572 dos trabalhadores nas ações de saúde coletiva que é o Código Sanitário do Estado
573 que ampara, diante do gestor, o trabalhador/conselheiro, que independente de suas
574 atividades possa atuar nas ações de fiscalização; outro ponto é quanto a ordenação
575 dos recursos humanos – atribuição do conselho de saúde, de acordo com a Lei
576 Orgânica de Saúde – e nós temos a Comissão de Integração de Ensino Serviço para
577 isso, então a proposta de nota de repúdio é essa denúncia, que também já foi feita
578 pelo CRM (Conselho Regional de Medicina) que é conselho de classe e da mesma
579 forma pelos estudantes da UEA, faltando a posição do CES/AM. Estou entendendo
580 que ela será pautada para a próxima reunião e me encarrego de trazer a
581 fundamentação para que este Conselho entenda e se posicione sobre isso. A
582 tendência será de gradativamente haver uma desqualificação dos profissionais
583 médicos, enfermeiros e demais profissionais que hoje são escassos nos municípios
584 do interior. Em 2010 se inscreveram 626 (seiscentos e vinte e seis) profissionais
585 formados fora e passaram dois, nos ano de 2011 foram 590 (quinhentos e noventa)
586 e passaram dezesseis, isto é, 11%. Só que a nota de 2010 era 7 e em 2011 baixou
587 para 5 e quem vai cuidar do interior é esse povo despreparado, que não fala a nossa
588 língua, não consegue fazer os encaminhamentos corretos e ainda corremos o risco
589 de eles trabalharem de forma ilegal, caso encontrem facilidade como às vezes
590 ocorrem, com a gravidade de acontecerem dentro dos hospitais do estado como o
591 são as unidades hospitalares dos municípios do interior. Reforçou que a nota de
592 repúdio é para ser assinada pelo CES e concluindo, sugeriu à mesa que essa
593 questão também fosse analisada pela Assessoria Jurídica. **ITEM 07 –**
594 **ANIVERSARIANTES DO MÊS: Sônia da Silva Guimarães, Antônio Ferreira de**
595 **Oliveira Júnior, Adriano da Silva Terrazas e Antônio de Pádua Quirino**
596 **Ramalho.** O Presidente citou os conselheiros aniversariantes do mês e em seu
597 nome e em nome da mesa desejou felicidades e encerrou a seção. Conselheiros
598 Titulares presentes: **José Rodrigues, Adriano da Silva Terrazas, Antônio de**
599 **Pádua Quirino Ramalho, Rui Guilherme Neves de Souza, Isac Gomes Benayon,**
600 **Gilson Aguiar da Silva, Jorge Reis de Lima, José Mário dos Santos Ferreira.**
601 Conselheiros Titulares Suplentes: **Silvano de Souza Fonseca, Maria Adriana**
602 **Moreira, Denise Machado dos Santos, Antônio Ferreira de Oliveira Júnior,**

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS****225ª REUNIÃO
177ª ORDINÁRIA**

603 **Sidclei Lima da Silva, Maria do Perpétuo Socorro de Souza Uchoa, Luís**
604 **Francisco Belém Costa** . Ausência justificada: conselheira suplente **Marina**
605 **Eugênia Leite Barroncas**. A presente Ata foi elaborada pela técnica **Eliane**
606 **Baraúna Garcia de Vasconcelos** e revisada pela Secretária Executiva do Conselho
607 Estadual de Saúde do Amazonas **Rita Cristiane dos Santos Almeida**, que após
608 aprovação da plenária do CES/AM e assinada pelos responsáveis por sua
609 elaboração será arquivada para fins documentais. Manaus, 27 de março de 2012.

Eliane Baraúna Garcia de Vasconcelos
Técnica do CES/AM

Rita Cristiane dos Santos Almeida
Secretária Executiva do CES/AM